

CORREIO SERRANO

Reprodução/Câmara de Cultura



Média em Friburgo é de 82,2% no feriado

Feriado mantém ocupação da rede hoteleira em alta

O feriado de São Jorge deve movimentar o turismo no Estado do Rio de Janeiro, com bons índices de ocupação na rede hoteleira. De acordo com levantamento divulgado por HotéisRIO e ABIH-RJ, a média de ocupação no interior do estado chega a 75,24% entre os dias 23 e 25 de abril. Na Região Serrana, os destaques ficam para Nova Friburgo e Teresópolis, que registram índices acima da média estadual. Nova Friburgo aparece com 82,20% de ocupação, enquanto Teresópolis alcança 75,10%, consolidando o interesse de turistas por destinos de clima ameno e natureza. O feriado de São Jorge deve movimentar o turismo no Estado do Rio de Janeiro, com bons índices de ocupação na rede hoteleira.

Levantamento

De acordo com levantamento divulgado por HotéisRIO e ABIH-RJ, a média de ocupação no interior do estado chega a 75,24% entre os dias 23 e 25 de abril. Na Região Serrana, os destaques ficam para Nova Friburgo e Teresópolis, que registram índices acima da média estadual. Nova Friburgo aparece com 82,20% de ocupação, enquanto Teresópolis alcança 75,10%, consolidando o interesse de turistas por destinos de clima ameno e natureza.

Divulgação/Ascom Teresópolis



Teresópolis registrou 75,1% no feriado

Outros municípios

Além de Friburgo e Teresópolis, outros destinos serranos também apresentam bons números, como Petrópolis (81,50%) e Visconde de Mauá (80%). O cenário reforça a tendência de procura por cidades de montanha durante feriados prolongados. Segundo as entidades do setor, o desempenho positivo está ligado à busca por viagens curtas, com fácil acesso a partir da capital, além de opções de ecoturismo, gastronomia e hospedagens acolhedoras. Enquanto o interior lidera a ocupação, a capital registra média de 71,74%.

Situação de emergência

O Governo do Estado do Rio de Janeiro homologou a situação de emergência no município de Bom Jardim, na Região Serrana, após os impactos causados por fortes chuvas registradas em fevereiro deste ano. O decreto, assinado pelo governador Cláudio Castro, reconhece oficialmente o estado de anormalidade já decretado pela prefeitura no dia 27 de fevereiro de 2026.

Danos

A medida leva em consideração os danos provocados pelo evento climático classificado como Chuvas Intensas COBRADE 1.3.2.1.4. Segundo o documento, as chuvas causaram prejuízos econômicos e sociais, afetando o bem-estar da população e exigindo ações emergenciais do poder público.

O que muda

Com o reconhecimento da situação de emergência, o município passa a ter acesso facilitado a medidas administrativas e recursos, como: dispensa de licitação para obras e serviços emergenciais, agilidade na contratação de serviços e compra de materiais, possibilidade de apoio financeiro estadual e federal.

180 dias

O decreto estadual terá validade de 180 dias, contados a partir do reconhecimento federal da situação de emergência. Durante esse período, ações de resposta e recuperação poderão ser intensificadas. As despesas serão cobertas com recursos do próprio estado, podendo ser complementadas por verbas federais.

BR-393

A rodovia BR-393 tem sido utilizada como um chamariz dos deputados para se aproximar da população sul-fluminense. A rodovia, que hoje é operada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, foi tema de audiência em Brasília, devido ao alto índice de acidentes e a falta de fiscalização. Após o caso, diversos deputados visitaram a rodovia.

Estratégica

Estratégica para o país, a BR-393 é uma rodovia federal importante para a mobilidade regional e o escoamento de cargas no estado do Rio de Janeiro. A informação citada foi por pelo deputado Bebeto, durante a audiência. O próprio parlamentar esteve na rodovia produzindo conteúdo para as redes digitais.

Projeto

Petrópolis foi selecionado pelo Cemaden para compartilhar experiência durante o II Seminário de Avaliação de Alertas do Cemaden. O município participa com o projeto "Sistema de Alerta e Alarme aliado à atuação integrada para acolhimento da população em áreas de risco", desenvolvido pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil.



Ação foi ajuizada após recomendação do MP não ser atendida

Ação pede melhorias no acolhimento de jovens

Ação foi ajuizada pelo MPRJ contra a Prefeitura de Nova Friburgo

Por Leandra Lima

Os direitos das crianças e adolescentes de Nova Friburgo voltaram a ser alvo de fiscalização do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). O órgão ajuizou, na última semana, uma ação civil pública com pedido de tutela de urgência contra o município para regularizar o funcionamento e corrigir irregularidades na Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso.

O MPRJ pediu que, em até 30 dias, a Prefeitura assegure condições dignas de funcionamento da unidade, com a realização de obras emergenciais, regularização de documentos, como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o Certificado de Fiscalização da Vigilância Sanitária.

Outro ponto envolve a infraestrutura e o ambiente. Nesse cenário, o Executivo deve garantir o pleno funcionamento dos banheiros, correção de infiltrações e vazamentos e a retirada ou substituição de mobiliários que apresentem risco à integridade física dos jovens.

O MPRJ acompanha o caso desde setembro de 2025, quando a Promotoria, com apoio do Núcleo de Apoio Técnico Psicologia e Serviço Social (NAT/MPRJ), realizou inspeção na unidade e constatou que o local abrigava 26 crianças e adolescentes, superando a capacidade máxima de 20 vagas. Em março deste ano, o número subiu para 31 acolhidos. O MP expediu recomendação com medidas concretas, prazos definidos e advertência expressa quanto à possibilidade de ajuizamento de ação civil pública em caso de descumprimento. No

entanto, de acordo com a promotora, não houve resposta efetiva da Prefeitura.

O silêncio do Executivo não é novidade para o MPRJ. Em outro caso recente, o órgão também precisou acionar a Justiça para obrigar Nova Friburgo a adotar medidas de combate ao trabalho infantil, após o descumprimento de metas legais e a ausência de um plano de erradicação.

O município também deverá implementar medidas eficazes e progressivas para o enfrentamento do problema. Foi constatado que não há planejamento para a erradicação do trabalho infantil, o que configura descumprimento das obrigações legais e constitucionais relacionadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

O caso vem sendo monitorado pelo órgão desde 2021, quando foi instaurado um procedimento administrativo para acompanhar ações municipais voltadas à prevenção e erradicação do trabalho infantil. Durante esse período de cinco anos, o MPRJ ressaltou que, mesmo após diversas recomendações e tentativas de diálogo com o Executivo friburguense e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/NF), nenhum avanço material relevante foi comprovado.

A Prefeitura informou que, ao receber a recomendação, aderiu às "Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI)", junto ao Governo do Estado, em dezembro de 2025. Em relação à Casa de Acolhimento, até o fechamento desta edição, a Prefeitura não respondeu aos questionamentos.